

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.376 - SP (2018/0340768-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : FREMA CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADO : MARCUS VINICIUS GONÇALVES GOMES E OUTRO(S) - SP252311
AGRAVANTE : GAFISA S/A
ADVOGADOS : THIAGO MAHFUZ VEZZI - SP228213
GUSTAVO CLEMENTE VILELA E OUTRO(S) - SP220907
KÁTIA LEANDRA SANTIAGO BRAGATI PIRES RIBEIRO - SP205088
AGRAVADO : GUSTAVO TADEU DE SOUZA
AGRAVADO : TALITA TEMPONI DE SOUZA
ADVOGADO : SAULO MOTTA PEREIRA GARCIA E OUTRO(S) - SP262301
INTERES. : ACER CONSULTORES EM IMOVEIS LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO BERNARDES PINHEIRO JUNIOR - SP246572
EDUARDO PEDROSA MASSAD - SP184071
MARCUS VINICIUS GONÇALVES GOMES - SP252311
MATHEUS FELIPE COUTINHO BLOISE - SP355636

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por GAFISA S.A. em face de decisão que não admitiu o seu recurso especial.

2. A irresignação não merece prosperar.

A parte agravante não rebate, de forma específica, clara e fundamentada, os argumentos da decisão agravada, notadamente, a aplicação da Súmula n. 7/STJ.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

E continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo de GAFISA S.A..

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

